ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 12/2025

(Plenária Presencial)

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA;**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**;

Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**;

Francyne da Rosa, **CEMME**;

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**;

João Batista Machado da Rocha**, Fundação O Pão dos Pobres**;

Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**;

Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**;

Natália Laurindo, **AHMI**;

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**;

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**;

Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV.**

Letícia Giardin e Francine Bays Zucatti, **Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS**;

Lucas Mantelli da Rocha, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**;

Sandra Regina Castro de Aguiar e Magda Fontoura Vieira, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**;

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**;

Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS.**

FALTAS JUSTIFICADAS:

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**.

DEMAIS PRESENTES:

Jeniffer Rodrigues Siqueira, **EOF/SMDS**; Luciana Tietbohl e Denise Musel, **Administrativos SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Boa tarde. A Jennifer veio fazer um esclarecimento sobre as destinações do imposto de renda de agora. Por favor, Jennifer. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Pessoal, boa tarde. Quem tem relação com os doadores que está recebendo alguma demanda de destinação de projetos agora, provavelmente é porque o pessoal está pagando a DARF. Na hora de declarar o imposto, o pessoal destina 3% para o Fundo Municipal. Esse recurso não tem como ir para projeto específico; esse recurso é do Fundo Municipal, então é saldo livre. Estamos recebendo muita demanda de pessoas que querem destinar e mandam a DARF para colocarmos em um projeto específico. Isso não é possível, é inviável, porque o recibo é para quem paga na conta do Fundo. Esse dinheiro vai para a Receita Federal e a Receita Federal, depois, nos repassa. É aquele dinheiro da prestação de contas que mostramos. Então, se por acaso vocês souberem, pode ser alguma informação equivocada que está circulando, mas recurso de DARF, que é o imposto devido,

não tem como ser alocado em projeto específico. É fundo livre. Nós já colocamos no site, já fizemos circular e estamos respondendo a alguns e-mails dos doadores que estão pedindo. Nós também vamos comunicar as OSCs, de modo geral. Mas o que estamos falando é sobre o momento de declarar o imposto. Não estamos falando do site de doações, boleto, TED ou depósito. Especificamente a DARF não permite a destinação a um projeto específico. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu acho que também tem OSCs, por exemplo, eu sei que as Aldeias Infantis têm no site delas dizendo que os 3% podem, sim, ser destinados para elas, mas em São Paulo. Em São Paulo, eles dizem que sim, que conseguem pegar esse recurso para eles. Não sei se isso causa uma confusão, porque sei que aqui não pode e lá talvez possa. Não sei qual é o problema de comunicação e também não sei se isso, de fato, é feito. Mas eles divulgam no site deles que sim, podem receber se a pessoa envia uma declaração dizendo que esses 3% serão direcionados para o projeto deles. Então, fica a sugestão de pesquisar como está sendo feito em outros lugares. **Jeniffer, EOF/SMIDH:** É que, por exemplo, quando emitimos um recibo, estamos dizendo que o Fundo de Porto Alegre recebeu esse recurso. De fato, o Fundo não recebeu, porque a DARF é um documento de arrecadação da Receita Federal. Então, talvez São Paulo esteja dizendo que está recebendo esse recurso e não recebeu também. Ou eles têm alguma outra dinâmica, eu não sei como funciona. Porque, de fato, eu como Fundo, no meu CNPJ, não tenho como dizer... No meu CNPJ foi ótimo, né. [Risos]. Quem dera que aqueles milhões fossem meus. Mas não temos como afirmar por causa disso. Até porque a pessoa que entra lá no site para colocar a destinação não encontra o projeto, aparece o Fundo, se é municipal, estadual ou federal. Nós podemos buscar essa informação, mas, no momento, aqui não é feito. Certo, pessoal? Então, é só para o caso de vocês conhecerem alguém. Por favor, nos ajudem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Obrigada. Pessoal, nós temos alguns processos das comissões. Vamos passar os processos e depois vamos para os assuntos, pode ser? Quem pode ser o primeiro? Finanças?

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças:

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Boa tarde. Vou fazer a leitura. Quem avaliou foi a Priscila. Data da reunião de hoje. Processo 20.0.000087871-6. A OSC é a **ACOMPAR**. Parecer da comissão. Relatório: a OSC

encaminhou o Ofício 09/2025, em 9 de abril de 2025, solicitando autorização para a utilização do recurso fora do prazo estabelecido na Resolução 150. Analisando o processo, percebemos que há um segundo processo SEI no mesmo projeto, sendo ele o 23.0.000069955-1, no qual havia uma solicitação de ajuste no orçamento físico-financeiro feito pela comissão de finanças em 4 de março de 2024. A fim de esclarecer a situação, solicitamos uma reunião com a OSC, que foi realizada no dia 30 de abril de 2025, na qual a OSC informou a tentativa de solicitação do recurso e os diversos pedidos de ajuste, que se perderam devido às demandas da enchente de 2024 e que não haviam recebido o último e-mail com os apontamentos da comissão de finanças. Assim, orientamos e solicitamos o ajuste no orçamento físico-financeiro, que foi enviado pela OSC no documento 33534803 e consta anexado no processo SEI 20.0.000087871-6. O objeto do projeto se mantém o mesmo, que é a manutenção e ajuste do espaço da OSC. Ela ajustou os valores. Observação: no projeto original não havia sido calculado o percentual de retenção, que foi corrigido no projeto ajustado. Assim, o valor do projeto ajustado é o mesmo do valor da carta de captação, Resolução 102/2021, documento 14279683. Dos encaminhamentos da comissão: após a análise dos documentos e tendo em vista que o valor do projeto e o objeto se mantêm, a comissão de finanças é de **PARECER FAVORÁVEL** à solicitação da OSC de ajuste do projeto, bem como da solicitação e utilização do recurso, visto que o prazo passou devido a equívocos gerados pela existência de dois processos SEI do mesmo projeto e pelas demandas da enchente de 2024. Valor do projeto: R$ 143.205,60. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não? Ok. Podemos colocar em votação? Em votação, quem é favorável, levante a mão. Ok, podem baixar. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Esse é o único da Finanças, né? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Único da Finanças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Certo. Alguma outra comissão tem processo? Registros?

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA: SEI 24.0.000005411-5. É da **REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO RENAPSI**. Eles solicitam a renovação dos cursos de socioaprendizagem profissional. São dez cursos. A comissão defere a solicitação da OSC com

a renovação dos seguintes cursos de aprendizagem: Aprendiz de Almoxarife, CBO 414105; Aprendiz Ocupacional em Administração, CBO 411005; Aprendiz Ocupacional em Serviço Administrativo, CBO 411010; Aprendiz em Auxiliar de Escritório em Geral, CBO 411005; Aprendiz em Auxiliar de Logística, CBO 414140; Aprendiz em Embalador à Mão, CBO 784105; Aprendiz em Promotor de Vendas, CBO 521115; Aprendiz em Recepção em Geral, CBO 422105; Aprendiz em Repositor de Mercadorias, CBO 521125; e o último, Aprendiz em Setor Bancário Adolescente em Serviço Administrativo, CBO 411005. Eles enviaram o requerimento com a descrição, mas separamos o que está mais correto para a renovação desses cursos. Eles já têm registro e inscrição aqui desses cursos, então é só para renovar, como a lei determina. A comissão emite **PARECER FAVORÁVEL**. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Quem é favorável, levante a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE**, então. Outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Metade da equipe foi para visitas de monitoramento e outros ficaram aqui para ver os processos para encaminhamento para as OSCs. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Políticas?

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Natália Laurindo, AHMI: Tivemos o processo da Casa de Nazaré, que a gente encerrou na unidade. Também tivemos outro processo, da Associação Recreativa Cultural e Esporte Líder. Foi só para dar ciência do que estamos acompanhando. O do Instituto para Criança e Infantil, foi aprovado em plenária de 3 de abril e nós só tomamos ciência. E outro encaminhamento é do Lar de Santo Antônio de João Batista, que foi enviado para análise da Comissão de Finanças. Ficamos cientes dos ajustes realizados e encaminhamos para a Comissão de Finanças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É isso? Certo. Então, as comissões, fechamos. Nós temos uma questão. Ontem, na reunião do Fórum, houve questionamentos sobre o edital do CEDICA, sobre qual documentação deveria ser enviada para nós, o prazo e o porquê de enviar. A presidente do CEDICA enviou um modelo em Word que está disponível no aplicativo por onde farão o envio. Combinei com as instituições que elas podem nos enviar aquele modelo, o que acho que fica mais tranquilo. A proposta deve vir até o dia 12 de maio, que é na semana que vem. O prazo é até segunda-feira agora. Eles vão enviar as propostas e

teremos que fazer um SEI para cada uma. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMDS:** Nós tínhamos feito um SEI para colocar todas as OSCs que enviassem, com um compilado dos documentos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Como se fosse um arquivo para cada instituição? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMDS:** Posso mostrar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Por favor. Porque daí teremos que nos organizar para fazer essa análise já na semana que vem. Temos os dias 14 e 21 para fazer essa análise. Não cabe a nós analisar o mérito, mas a forma. Teremos que pensar, talvez a Comissão de Políticas possa ajudar com algum modelo, em como faremos este parecer. Se tiverem um modelo pronto, a gente só vai adequando com aquele ali. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMDS:** O que fizemos foi colocar um processo como acompanhamento especial do edital do CEDICA. Essas duas OSCs encaminharam a documentação, e fizemos um compilado dos documentos que elas encaminharam. Mas, se for necessário, abrimos um processo para cada uma. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Acho que está tranquilo. Para nós, na semana que vem, eu gostaria da ajuda da Comissão de Registro. A gente reúne a Comissão de Políticas e a de Registro. A de Finanças é online, mas como estaremos aqui, podemos analisar juntos e já eliminar as pendências. Se conseguirmos fazer isso na semana que vem, já seria uma bênção. A gente já publica e elimina. Eu me proponho a organizar o formulário esta semana para que na próxima já esteja pronto. A gente faz a análise dos projetos e, depois, acho que só a resolução terá que ser individual, pelo que está no texto do CEDICA. Alguém lembra? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A gente comentou que seria individual. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que é individual, né? **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** A OSC pode enviar depois, junto com sua documentação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É a instituição que vai enviar. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Mas acho que nada impede que se mande uma lista corrida com o nome da OSC. É possível, não? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que preciso ver exatamente o que está no edital para

colocar no texto e não ter nenhum problema. Ontem também teve um questionamento sobre o período de existência da instituição. Eu disse que quem aponta isso é o próprio CNPJ ou o presidente. Mas, ok. Outra questão. Paulinho, colocou no grupo sobre o atestado. Quer falar? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Estávamos no fórum ontem, nós do CMDCA, e a Carol e eu levantamos a questão do atestado de funcionamento, porque já têm algumas organizações querendo adiantar a obtenção do seu. A validade ainda é até 30 de junho deste ano, foi prorrogado. Então, a propósito daquele credenciamento que a gente ia fazer em um sistema que estávamos pleiteando junto à Procempa, não haverá esse sistema este ano. Nós tínhamos enviado, desde o ano passado, através do processo SEI, a solicitação para a construção desse sistema junto à Procempa, mas um dos responsáveis por levar à frente esse processo saiu da secretaria e o processo ficou parado. O Luís Paulo deu continuidade agora, ele trabalha aqui, mas ainda não chegou na Procempa. Então, para a gente fazer esse cadastramento, ontem falei com o Érico, do Fórum das Entidades, que é o secretário, e ele já tinha conversado com a Larissa, que é nossa assessora aqui de assistência social, para a gente ver um formulário simples, sem muitas perguntas. Há alguns dados que nós precisamos ter, como, por exemplo, os órgãos fiscalizadores. Quantas crianças têm matriculadas? Eles têm esses dados. Mas se perguntar aqui no CMDCA: Quantos serviços de convivência têm registrados aqui no CMDCA? Não temos esse número. Então, a gente precisa desses dados aí. Pensei em uma planilha com esses dados: a organização, Pequena Casa da Criança, no CMDCA; tem serviço de convivência de 6 a 14 anos; tem trabalho educativo; tem o Jovem Aprendiz. Então, cada serviço e quantos atendidos têm nesses programas. É um exemplo, ainda vamos construir o formulário. Então, a gente pensa em abrir, a partir de 1º de junho a 30 de junho, esse período para as organizações preencherem esses dois arquivos, que é o requerimento e esse formulário. Depois de mandado, vai ter um atestado de funcionamento por dois anos, de 30 de junho de 2025 a 30 de junho de 2027. É o que está na resolução 100, já, e a validade é por dois anos. Quebramos aquela questão de ser 30 de abril. Sempre ficamos perguntando quem sabe o porquê. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não, Paulinho, só para saber, nós temos que abolir uma resolução do Conselho que diz que a instituição, até 30 de abril, tem que apresentar o relatório do ano anterior que foi executado e o plano para o futuro, uma estrutura muito similar à que nós aprovamos e foi amplamente discutida para as instituições que não atuam sob termo de trabalho, muito similar àquela que tem do CEBAS. É

30, e nós tínhamos essa data. E as entidades que não tinham, era um formulário bem simples, tem uma resolução que orienta. E, na época, se entendia por que tinha, até do ECA, a cobrança do acompanhamento do Conselho. E uma forma que muito antigamente o Conselho tinha era de, ao menos, produzir um relatório da instituição. Muitas vezes a gente diz que não tem capacidade de ler e analisar. Aqui, a nossa colega do Conselho sempre lia os relatórios, a Denise. Mas é uma ideia de a instituição, pelo menos, ela vai dizer, de boa-fé. Pode ser um dia contestado por uma visita, que ela não está executando aquilo que ela botou no relatório. Nós não temos um mecanismo de acompanhamento efetivo, enquanto Conselho e comissões, de visitar todas. Se nós tirarmos tudo, eu acho que, minimamente, a gente tem que ter esse formulário, que eu acho importante que seja eletrônico, que tenha dados e que revele o que está acontecendo na vida da instituição. Se a gente um dia for perguntado se aconteceu alguma coisa na instituição, a gente vai dizer: "Tem aqui, a instituição relatou o que está acontecendo". Senão, a gente pode um dia não ter nada para nos proteger enquanto instituição e enquanto Conselho. Vocês viram lá quando deu o caso do Rio, daquele jovem jogador, do incêndio lá. O Conselho foi notificado, da criança e do adolescente, porque aquela instituição tinha registro. Que tipo de acompanhamento? É como também o atestado dos bombeiros, funciona da mesma coisa. Vocês sabem que um prédio de menos de 750 metros quadrados, a instituição faz uma declaração de responsabilidade, que é um relatório, onde ela atesta, sem a vistoria dos Conselhos. Ela tem a responsabilidade de colocar. Assim, mais ou menos, era a lógica que sustentava a proposição do Conselho. Nós não temos como visitar, mas aquele relatório é de uma responsabilidade, como no CEBAS, que é a mesma coisa. Tanto que a gente não queria dar um retrabalho para as instituições, a gente adotou uma estrutura muito similar à do CEBAS, para não haver retrabalho. A não ser que as outras instituições que têm registro nos dois só vão precisar fazer o relatório do Conselho. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É, nesse sentido, por isso que a gente vai construir esse formulário. Então, já é uma importância, a informação para a gente cuidar da forma de colocar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Nós estamos, por exemplo, nós encaminhamos até o dia… O prazo, porque a resolução está em vigor ainda. No ano passado, a gente deu por causa das enchentes um prazo de confecção, mas a resolução não foi extinta. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É que existe a resolução 100 ainda, que vai… **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não é a 100,

tem uma que determina o relatório. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não, aquela lei foi revogada, era a resolução 025, que era de registro e inscrição. Foi revogada pela 100, que vai pedir esses documentos aí, que é a questão do PPCI ou a declaração… **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O relatório, o relatório está em uma resolução, tem uma resolução… **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Era a 25, Frei. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Na verdade, era antes da 25, que era o plano e relatório. Mas a gente dizia: "Para que esse relatório, se ninguém vai ler?". Não tinha nem onde armazenar. Não temos um sistema para armazenar isso aí. Antes era físico. As gavetas do CMDCA… As traças comeram os papéis. Mas a gente vai estudar isso aí, as informações que a gente vai pedir nesse formulário. Vai ser digitalizado. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A gente queria que esse formulário, ele fosse conversar para a gente poder extrair dados de atendimento, de serviço, que pudessem dialogar com as políticas da cidade. Não tem sentido fazer uma estrutura de um sistema que não dá para conversar e extrair dados. Querer saber quantas crianças, lá no território, numa microrregião, têm serviço de convivência. Teria que botar as entidades da região e extrair os dados. Quantos têm educação infantil? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É bem isso, Frei. Eu sempre digo, tanto aqui no CMDCA quanto lá no fórum. A gente chega e diz assim: "Lá na Restinga, quantas instituições de educação infantil têm e quantas crianças têm?". "Bah, Carol...". Sabe? Daí eu não vou ter esse dado atualizado. Tem que ter esse dado atualizado. Como Conselho, como fórum, eu tenho que ter esse dado atualizado. Agora, por exemplo, o Conselho tutelar me pediu uns dados da FASC para que a gente possa ter o nome da instituição, quantidade de metas, qual é o número do convênio, não sei o quê. Aí eu disse assim: "Bah, vou dar uma olhada aqui que a gente tem no diagnóstico". E aí, igual, vou pedir também, porque eu não tenho isso. Se eu não tiver no diagnóstico, eu não tenho. Vou pedir. Sabe? Então assim, é tudo questão de dados. E a gente tem que ter esses dados mais atualizados. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Mas, Carol, hoje em dia tudo está funcionando em base a sistemas. Não dá para o CMDCA fazer uma coisa, lá na Secretaria de Assistência Social ter outra. Então, tem que ter alguém, e aí talvez um ente público, né, do município, que faça a colocação. **Sônia Silvestrin, Secretaria**

Municipal de Saúde – SMS: Mas a FASC deve ter essas informações, Carol. Inclusive ontem, o Conselho tutelar fez contato comigo, me falando desse projeto, né, com a UFCSPA, de fazer um trabalho multiprofissional nos centros de convivência. E aí ela me pediu, né, que, se eu pudesse hoje, pautar que eles precisam desses dados. Eu posso pautar, mas eu acho que a FASC, ou o Conselho tutelar, tem a prerrogativa de solicitar, que eles querem fazer com instituições já validadas, instituições que já têm uma trajetória, enfim. O Conselho tutelar. Porque a UFCSPA, que é a Universidade Federal de Ciências da Saúde, propôs um projeto multiprofissional com professores e alunos, para que eles trabalhassem alguns temas nos centros de convivência. E aí eles precisavam dos nomes, dos endereços, da quantidade de crianças e adolescentes que eram atendidos por esses centros. E eu disse: "Tá, se pedir para o Conselho tutelar, ok". Vou perguntar amanhã, senão, acho que a gente pode perguntar para a FASC, né? Porque a FASC tem os credenciados. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Eu acho que tem que falar com o pessoal de TI. O pessoal que lida com o dia a dia, que tem os gestores agora, mas tem várias reclamações. Eu estava na última reunião lá da abordagem, que o gestor não conseguiu entrar. O gestor da entidade, da OSC responsável, não conseguiu entrar. Só os técnicos. Então, aí falta, realmente, isso, uma centralização dos sistemas. Alguém da Prefeitura, de algum setor, de alguma secretaria, dizer: "Olha, aqui vai ser o responsável". Como é que se faz uma entidade? A gente tem, normalmente, um acesso, tem um servidor ou na nuvem, o que seja. E aí tu faz uma tabela: "Ah, eu posso acessar isso, tu podes acessar aquilo". E aí você pode buscar os dados. Agora… Eu acho que o CMDCA podia fazer um ofício para a Prefeitura cobrando uma possibilidade de acesso de dados. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eles têm um portal. No portal da transparência, tem todos os termos de fomento assinados com a FASC, o valor, a OSC, o endereço, está tudo lá. E o tipo de serviço. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** E o Conselho tem acesso. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O portal da transparência é livre acesso para todos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que nós estamos falando de duas coisas, né? Uma coisa é o atestado de funcionamento do CMDCA, que a gente vai precisar de alguns dados enquanto Conselho. E aí, nesse aí, a gente vai organizar um formulário exclusivo para o CMDCA, até a gente ter um sistema mais inteligente. E aí, sim, vinculado a esse, vinculado àquilo lá. Os dados da Prefeitura, aí sim, a gente tem o próprio

portal da transparência, a gente tem as próprias secretarias, essas questões assim. Eu só trouxe o exemplo do Conselho tutelar porque é um dado em que o próprio Conselho tutelar também poderia ter buscado, também até no próprio portal da transparência. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E, lembrando que o CMDCA, nas suas atribuições, não está também na questão da fiscalização. Tem os conselheiros, mas o que diz o ECA é que o CMDCA, depois que a organização se registra aqui, ele se comunica com o Conselho tutelar. É ele que vai lá, naquela organização. Isso está no ECA, que tem uma resolução. O Conselho de informar ao Conselho tutelar aquela organização. Ah, abriu uma organização lá no Partenon. Registrou no CMDCA, o CMDCA manda para lá para o Conselho. "Ó, tem essa instituição aí, verifica como é que está". Teve várias outras que até nós fomos também presencial lá visitar uma organização que estava com alguns problemas, né, de maus-tratos, etc. E depois a SMED acabou, na época, tirou aquela associação de lá e trocou, né, a gestão. Então é assim. É mais esse dado, em cima disso tudo que vocês falaram, que a gente pretende fazer. O Secretário Juliano, que é desta secretaria, também está pleiteando junto à Prefeitura um sistema para os Conselhos e os fundos. Mas, por enquanto, está na verbal, né, como se diz. A gente vai sempre lembrar a ele desse sistema. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que isso é mais uma forma da gente colocar lá nas contrapartidas. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Só para completar, tu falou por dois anos, sempre em 30 de junho, né? Eu pergunto assim: de dois em dois anos não vai dar um estresse? Não seria o caso de pegar a primeira metade que se cadastrar, fica por dois anos; a segunda que se cadastrou mais tarde fica por um ano. Então, cada ano, teria mais ou menos a metade. Eu não sei se isso complica, eu acho que simplifica, porque tu sabe que todo meio de ano tem que estar renovando, mas não todos de uma vez. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Mas sempre foi o anual. Todo de uma vez só. Até 30 de… **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Sim, mas não é isso que a gente quer se livrar, do acesso? **Denise Muzel, Administrativo SMIDH:** A experiência que eu tenho, sendo anual, é que algumas OSCs ficam patinando janeiro, fevereiro e março. Chega metade de abril, início de maio, vem uma enxurrada. Fica bem complicado de analisar e são bem pesados. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, fazer que nem placa de automóvel, o número final do CNPJ… Um em abril, um em maio. Porque,

por exemplo, os processos que têm, eles vão circulando ao longo do ano. Então, a própria autorização de funcionamento, ela podia circular ao longo do ano. O número final do CNPJ, por exemplo… **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** As atas têm validade. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É, mas esse é um documento da responsabilidade da instituição. Os relatórios tinham que ter para a emissão do atestado, entregar os relatórios, que era uma forma de acompanhamento. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É que, na verdade, o relatório vai ser esse novo que está agora. As novas organizações estão preenchendo. Então, as outras vão preencher para a gente ter os dados, que é o anexo 4 da resolução 100. Tem todos esses dados aí: de atendimento, número de atendido, as atividades, horário de atividade, os dias de atendimento, o semanal, se tem três dias… **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas eu acho que, se a gente fizesse em dois períodos, Mincarone, ou dois blocos, o primeiro ano, coisas assim, eu acho que ia atrapalhar ainda mais as instituições. Porque as instituições ainda hoje... hoje eu não assinei, mas ontem assinei vários atestados em que as pessoas estão me questionando: "Mas, Carol, já vai vencer agora em junho". Sim, só que você está pedindo quase na metade de maio. Você que está pedindo atrasado, não nós que estamos com o prazo estourado. Então, imagina se a gente deixar de dois em dois anos, intercalando os grupos. As pessoas não vão saber. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Carol, o atestado, o alvará da saúde e o alvará de localização, tudo isso tem um vencimento para cada entidade e cada alvará, e elas têm que controlar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É para controlar, Mincarone. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O que nós defendíamos em uma época era que, se fosse um processo eletrônico, com a instituição tendo tudo preenchido, gerasse automaticamente um atestado de funcionamento. Porque, na verdade, o que vocês fazem? Vocês verificam. Claro que a Denise tinha o trabalho de ler. Lia porque não é tanto... O relatório do CPCA tem umas 100 páginas. Vai juntar todos, são vários programas, projetos e serviços, é bem complexo. Mas uma entidade pequena que tem um programa só é mais simples. Quero dizer o seguinte: isso poderia ser gerado automaticamente pelo sistema depois, como a gente tira a maior parte das certidões, que são geradas por um sistema. A não ser que você esteja em dívida, como na municipal. Se você tem

um atraso no IPTU, não tira. Tem que descobrir onde está o atraso, colocou em dia, 48 horas libera o sistema. Nós, no Conselho, também. Se aquela lista de documentos está toda correta, o sistema, depois de funcionando, poderia gerar automaticamente uma certificação de que a instituição está em dia com as suas obrigações. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMDS:** Só tem um problema. Tem algumas atas que vencem antes da validade. Por exemplo, tem gente que pediu o atestado até dia 30, mas a ata venceu em abril. A ata da presidência. Então, a gente não tem como dar o atestado com a validade... **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sim, mas talvez no campo do sistema deveria colocar – ele tem que ser inteligente – a data de quando vence ao preencher a ata, lá em "soltar documentos". Aí o prazo máximo que o sistema vai liberar será pela data que a própria instituição informou, dialogando com o sistema. Se alterar no meio, quem tem a obrigação de atualizar é a instituição. Por exemplo, o Sistema de Gestão de Convênios (Siconv), também tem um mecanismo. Quem tem a obrigação, se a instituição quer estar em dia, de inserir o documento, o sistema lança. Caiu um documento, venceu, quem tem que lançar de novo no sistema é a instituição, senão, ela é responsável pela sua vida jurídica. O que tem que ter no sistema são as travas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Então, só para encerrar esse assunto, está ok? A Denise trazia, às vezes, quando era anual, os "copia e cola". Era direto, copia e cola. Os verbos, os mesmos de 20 anos. **Denise Muzel, Administrativo SMIDH**: É que às vezes você sabia que não tinha tido aquela atividade. Seja pelo Covid, estava no ano do Covid e constava que estava tendo atividade normal, e não era. Estava tudo fechado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que, depois que tivermos o sistema, poderíamos até colocar um lembrete para a instituição, disparado pelo próprio sistema: "Seu atestado está para vencer este ano". Uma coisa bem legal. Paulinho, outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Então, só para constar aqui: vai ter que sair uma resolução, não agora, mas depois que o formulário estiver pronto e apresentado aqui. Aí sai a resolução para o recadastramento, tá? Dando um prazo aí de mais ou menos uma semana. Vai ter que sair uma resolução do recadastramento, a questão da validade e o que a gente vai pedir. Depois de o formulário estar pronto, vamos apresentar aqui, aprovar a resolução para, a partir de 1º de junho, o pessoal já iniciar a solicitação. Então, o trabalho agora vai ser fazer esse formulário. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**

Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Semana que vem a gente apresenta o formulário? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Vou tentar. Pessoal, outra questão. Em termos de informe para a gente já tentar informar aqui e acelerar: hoje a Sônia perguntou – foi a Carol que perguntou – sobre a conferência da criança e do adolescente. A do idoso já está quase preparada. Então, estava previsto para quase não acontecerem as municipais este ano. Porém, agora, no final de abril, o Conanda já fez a composição da comissão nacional, da organização nacional da conferência. E talvez, no final deste mês, na outra conferência que vai haver no Conanda, já saiam as datas, a sugestão de datas para as conferências municipais. A estadual e a nacional ficam para o próximo ano, 2026. As municipais acontecem este ano. Pelo que conversei com a conselheira, o prazo para os municípios fazerem as suas conferências será mais ou menos entre agosto e dezembro. Então, a nossa aqui será a 13ª, junto com a nacional. E também precisamos, depois, compor uma comissão para já organizar a questão dos recursos, dos locais, dos materiais, etc. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A conferência já era no segundo semestre. A conferência de 2022 para 2023 – acho que foi em 2023, né? A conferência de 2023 foi... Era para ser em 2022, e nós fizemos em 2023. E aí, nós temos um projeto já aqui no CMDCA com quase tudo o que usamos. A ideia é podermos revisitar este projeto, atualizar e ver o que já podemos acelerar, e também pensando que o Comui já está fazendo a sua conferência, então podemos aproveitar algumas ideias e contratos que já estão em andamento. Então, já gostaríamos de montar uma comissão para dar esse pontapé inicial. Não será só essa comissão que vai trabalhar na conferência, porque seremos todos nós, mas, ao mesmo tempo, para dar esse pontapé inicial, precisamos nos organizar já para agora. Já estamos atrasados. Quem? Anotando aqui o nome: Lucas, Natália, a Letícia, o Paulinho, a Sandra... Tá, então assim, para a próxima semana, Paulinho, localizar esses SEIs da conferência para a gente poder já ver a partir do que podemos começar. E aí já ver também quem estava na última conferência, acho que já podemos pensar o que – não que deu errado, mas o que podemos melhorar. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A questão do modelo de conferência, no caso o tradicional, para ver. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, por exemplo, assim, agora vai ter a conferência da assistência. E a conferência da assistência vai ser dois dias e meio. Achei longa. É quarta à tarde, quinta o dia

todo e sexta o dia inteiro. Então, nós perdemos, entre a abertura e a aprovação de regimento, às vezes quase um turno, né? Então, isso também temos que pensar em algumas estratégias. Não é? A Elaine disse assim: "Será que não podemos já enviar o regimento anteriormente, para botar no site, e aí abrir um prazo para quem quer fazer algum destaque?". Como aconteceu na Conferência da Cidade. Aí é feito o destaque, e lá no dia é aprovado e pronto, passa-se àquele destaque, e deu. Porque, na última conferência, eles quiseram mudar a vírgula do regimento. Sabe? Então, assim, não tem condições. Aí se juntam para mudar a vírgula. Foi bem difícil. E tivemos lá uma fala sobre temas. Penso que quem vai para a conferência já teve a pré-conferência. Então, não precisa falar sobre os temas. Vamos dar as boas-vindas e vamos trabalhar. Acho que é mais prático para ir para os grupos, que rende mais as discussões também. Não é? Então, acho que são algumas coisas assim para podermos pensar. Vamos trabalhar. Outro assunto. Amanhã, às 14 horas, nós temos, então, uma reunião com a PGM online. Então, quem puder participar, depois eu vou colocar o link. A ideia é nós iniciarmos a compilação, o ajuntamento, dos processos. Porque, na última reunião que tivemos com a PGM, eu trouxe o relato, e a Elaine, que é presidente do Comui, também trouxe o relato de que ambos os Conselhos estão mexendo nas suas resoluções de captação. E aí, a procuradora trouxe que seria interessante podermos aproximar as propostas de captação de recursos. Então, dissemos que não há problema em aproximar. Para as instituições não há problema, é até porque um projeto é um projeto, não é? Não tem muita loucura. Então, amanhã vamos começar já a pensar isso, e aí eu gostaria que vocês, quem pode, estivessem participando amanhã. Acho que eu já tinha falado dessa reunião, sim. E será online às 14 horas. Vai haver uma reunião mensal, e aí já vamos deixar mais ou menos marcado, cada mês, a reunião para podermos já deixar pré-agendado para nós também. Ela quer um único modelo de proposta. A cada um tem a sua resolução, mas o modelo da proposta pode ser o mesmo. Tanto é que, hoje, os dois Conselhos já têm, quando vão fazer resgate, um único documento de resgate. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Sabe que falaram lá na FASC da questão de que, se for feita uma liberação do FUNCRIANÇA para as questões da Prefeitura para transferir, vai ter o mesmo problema que teve com as enchentes, que vai demorar. Pode demorar. Ela falou de uma tal de nota descentralizada. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tanto que a gente pediu sobre essa questão de não atrasar. E, pela reunião, pelo que eu entendi, Mincarone, que foi quando deu a composição de recursos, aqueles 5 milhões do Tesouro, que foi da LDO que foi aprovada na Câmara, esse

valor já estaria disponível. O que temos que ver é que não pode demorar muito esse processo. Porque nós temos que pagar o dissídio. Uma coisa é a qualificação para a política, outra coisa são os compromissos que a instituição tem com seus colaboradores. Só vou trazer este assunto, que vocês já estão trazendo, para o treino. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Bom, este é o ofício que chegou ao Conselho, da proposta da Prefeitura para aporte por parte do CMDCA, por parte do Comui e por parte da Prefeitura. Então, o valor total ali seria R$ 9.168.000,00 e isso daria uns 5,06 de correção para as instituições. A composição desse valor todo seria 5 milhões daquela emenda popular, que nós conseguimos enquanto CMDCA e o Fórum, no ano passado, que está na LOA deste ano, e R$ 4.168.000,00, que seriam compostos entre o Comui e o CMDCA, pelo período de 24 meses. Então, 25 e 26. Vou parar ali, depois, a outra parte, a gente retoma. Essa primeira parte, então, entraria nesses 4.168.000, entraria o Comui e o CMDCA, não dividindo integralmente, né, porque nós temos mais atendimento do que o Comui, mas a gente faria talvez um aporte de 3 milhões e o Comui de 1.168.000,00 ali, tá? E isso daria o reajuste de 5,06% para toda a assistência social, todos os serviços: criança, adolescente e idosos, tá? Lembrando que o Conselho, nós, CMDCA, é criança e adolescente. Nós não temos o público adulto e não temos o público do idoso. Então, nosso recurso seria somente para criança e adolescente, tá? Aí, na segunda parte... Quer falar alguma coisa? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Só para dizer que esse R$ 9.168.000,00 foi tirado, os 5,06%, dos dados enviados pela FASC, que pode ter algumas divergências, mas não são importantes no sentido de afetar o número. Pode ser um pouco a mais, um pouco a menos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, importante também dizer que nós fizemos algumas reuniões com a Prefeitura para a gente chegar mais ou menos a este valor ali ainda, né? Nós chegamos aqui para vocês num valor de 15.000.000,00, que era o que a gente precisava chegar no valor. E desse valor a gente foi vendo: "Ah, esse público é adulto", "Ah, esse serviço não nos compete", "Isso aqui não sei o quê", né? E a gente foi limpando o que era e o que não era. Ainda tem coisa para limpar, tá? Ainda tem dados que a gente precisa ver o que é, tá? Mas isso aí a gente vai chegar e aí talvez não dê tanta diferença. Ontem nós tivemos reunião com a Prefeitura e aí ontem nós tínhamos uma diferença de R$ 3.000,00. Então, 3.000,00 não é um impacto. Né? Então, é uma divergência pouquíssima. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**

Fazenda – SMF: No meu entendimento, o Conselho delibera sobre a política da criança e do adolescente. Então, a gente não pode envolver o público adulto. Quando eu digo público adulto, é o albergue, é a casa de família, a casa de passagem; essa parte não dá. Agora, a abrigagem das crianças e o serviço de convivência, tudo que envolver isso, claro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Aí, a gente vai para a segunda parte do ofício, que aí ali diz assim, ó: "Além disso...", né? Então, nós fizemos uma proposta, que a gente já estava tratando aqui, da gente ter um aporte sobre a meta do serviço de convivência, de 6 milhões. Então, este ano de 2025 o CMDCA aportaria 6 milhões. No ano de 2026 a Prefeitura coloria 3 milhões desses 6 e o Conselho manteria 3. E em 2027 ele assumiria os 6 milhões. E aí ali também ele coloca que em 2026 teria o acréscimo no orçamento de 5 milhões, mais os 3 milhões que eu falei agora e também a contrapartida de uma campanha de arrecadação. Ali faltou, na verdade, o que eu já tinha questionado eles, é também a inflação do ano, né? Tanto em 2026 quanto em 2027. Porque eles têm que colocar os 5 milhões mais os 3 milhões e mais a inflação. E aí no outro ano os 6 milhões mais a inflação. É interessante a gente deixar registrado, porque isso precisa estar, eu sei que está no termo, mas é bom deixar registrado. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Eu acho que é importante também que fique registrado, acredito que o cálculo que vocês fizeram foi de um período a outro, né? Não como a proposta inicial, que era a partir de abril. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não, nós fizemos essa projeção retroativa a janeiro. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Eu acho que é importante deixar registrado isso, né? Que a primeira vez que eles manifestaram a vontade era a partir de abril. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Vai ficar janeiro como sendo o mês de referência. Referência que, no final do ano, cada ano, aí em janeiro já tem o inteiro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E aí também é importante colocar que nós tivemos também, hã, uma construção de que nós vamos estar fazendo, tanto SMED quanto FASC, uma construção de que a data-base vai ser em janeiro, né? E também outra questão de que, hã, nós vamos estar organizando, para os próximos anos, de que a inflação já venha em janeiro para as instituições, o repasse já em janeiro, né? A data-base. Porque, senão, a gente começa a negociar, aí que nem agora, a gente vai receber lá em junho, né? Então, é muito tempo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**

Fazenda – SMF: É o que foi feito pela categoria ou pelo que foi simplesmente em votação? Vamos pegar o IPCA, vamos pegar... **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** É a inflação, né? Sempre foi a inflação. A inflação. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Aconteceu é que, em algum momento, o SENALBA, o sindicato deu mais do que o valor. Aí houve um encolhimento dos convênios por esse ano. Mas aí faz parte, nós vamos ter que discutir. À medida que tiver uma qualificação do convênio, que houve, foi um encolhimento e é uma política que iniciou muito frágil há muitos anos atrás. Tanto que, quem está mais ativo na discussão, o termo de referência do serviço de convivência, ele nunca foi aprovado. A discussão num GT que teve uns oito anos atrás, porque de acordo com a NOB-SUAS, o RH que precisa ter nesse serviço, ele nunca comportou o orçamento que a FASC tinha. E por isso que ele ficou represado, ele nunca foi aprovado, a atualização do termo de referência do serviço de convivência, por uma questão orçamentária do município. Eu estou colocando a real. É um avanço, mas para a gente extrapolar, para a gente estar qualificando, eu acho que a cidade vai ganhar na política. Não é ainda o ideal, mas é o possível que era no momento. Então, o Conselho está colaborando com a qualificação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, eu queria ver se vocês têm alguma dúvida, se a gente já pode colocar em votação. Podemos? Importante dizer que o edital de 2022, ele foi de 12 milhões. Esse valor de 12 milhões é praticamente um edital. E é um aporte financeiro em mais de 9.000 crianças de forma direta. Isso é política pública que o Conselho faz. É aí que a gente mostra a nossa política pública que a gente constrói. Então, vamos botar em votação. Quem é favorável ao repasse de 2025 e 2026, R$ 12.000.000,00, levante a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Importante dizer que nós vamos estar construindo um documento como resposta ao SEI da Prefeitura. São algumas contrapartidas que a gente vai solicitar aqui. Um firmamento de um termo de compromisso com algumas garantias, algumas contrapartidas que a gente vai solicitar à Prefeitura. Um deles é o prazo de pagamento mais enxuto, que aí a gente vai fazer até 90 dias, vamos lá. A mudança do prédio, o sistema que a gente precisa, o funcionário lá na secretaria. Eu acho que são algumas questões em que a gente precisa condicionar também a liberação de 12 milhões, que não é R$ 12,00. E aí a gente poder fazer essas condições para a gente poder crescer junto, Conselho e a rede também de toda forma.

Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel: Só um detalhe ali, quando colocar, são dois aportes. No primeiro aporte, dos 3 milhões, eu acho que seria interessante colocar que, caso uma parte desse aporte ultrapassar o necessário, ele reverte para outra parte. Por exemplo, se os 3 milhões, que é para sustentar os 9 milhões e tanto, se sobrar dinheiro, vai ter que passar para o outro. Por que eu vou explicar? Porque recém está começando ali uma espécie de uma revisão, porque foi colocado dentro dos 9 milhões, o Cadastro Único e ACESSUAS. Mas nós não vamos brigar agora e perder tempo discutindo isso, mas se houver valores menores lá, esse valor menor tem que reverter para outro lugar, ou devolve para o fundo, ou passa para o outro. Senão a gente esquece isso aí e a Prefeitura… **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu volto a dizer assim, só para a gente então, dentro disso, pessoal. O ACESSUAS, ele é um recurso do Fundo Nacional da Assistência Social que transferiu para o Fundo Municipal da Assistência Social, e ele tem um objeto único, que é o trabalho de adulto e de adolescente. Então, ele não entra nisto que nós estamos falando, porque ele tem uma outra aplicação. Ponto. Então, assim, quando o colega lá da FASC passou essa planilha, ele pegou todos os serviços que hoje estão disponíveis na fundação e que a fundação despende algum valor para qualquer OSC, seja de acolhimento de criança, de adulto, de idoso, seja de ACESSUAS, seja de PETI. Então, aqui está tudo. O que nós estamos falando ali, e é isso que foi aprovado, é somente criança. Então, quando a gente fala em ACESSUAS, é um trabalho específico do Fundo Nacional que não se mistura nisto que nós estamos. Então, é só para limpar. Não temos como voltar com esse recurso para criança e adolescente, ou para idoso. Não, isso é uma política exclusiva do Governo Federal, que não se aplica aqui. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É isso que a gente quer. Tem que sair fora, só da criança. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas eu volto a dizer, quando o colega colocou, tanto que ele coloca na totalidade aqui todos os serviços, por isso que hoje de manhã eu disse, neste recorte nós vamos excluir o idoso, o adulto, nós vamos pegar de 0 a 18, que é o que nós estamos aprovando aqui. Então, acho que sim, eu não vejo outro, seja no documento que a gente vai formalizar, ou seja, na resolução, vai constar serviço de convivência e abrigagem. Pronto. Daí é outro. Enfim, ou como a gente imaginar, mas somente de criança. Esse é o recorte, de 0 a 18. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** OK. Tranquilo? Tá. Recebemos também um convite. Deixa eu ver onde é que está o convite.

Recebemos um convite em que a Ministra Macaé Evaristo, dos Direitos Humanos e da Cidadania, vai estar na UFRGS, dia 12 de maio, às 14 horas, para falar sobre violência digital e a proteção de crianças e adolescentes. Então, eu vou botar ali no grupo para a gente poder socializar, e quem estiver com interesse, a entrada é franca. Ah, não tem limite, a princípio, de inscrição, nem precisa se inscrever previamente. Então, eu acho que é um tema também bem atual para que a gente possa também estar a par. Ah, também tive procura do pessoal do CONANDA, acho que foi. Acho que foi CONANDA. Pessoal do CONANDA para a gente, não, da Escola do, Escola de Formação do Conselho Tutelar. Ah, que vai estar fazendo um evento dia 9 de julho. E aí, então, esse evento, estão organizando o evento ainda, vai ser o lançamento da Escola dos Conselhos Tutelares. E aí, só para reconstituir um pouquinho, lá o Everton, quando estava aqui, depois ele nos abandonou, aí ele estava aqui, ele estava fazendo parte do grupo, desse GT, da construção deste projeto. E aí, então, eles vão estar fazendo um lançamento e uma primeira formação. E aí, vai ser mais ou menos naquela semana também que antecede os 35 anos do ECA. Então, a gente já vai estar vendo também quem vai poder, ah, participar, quem não vai poder participar, e também a gente vai estar fechando hoje, recém, ah, o projeto dos 35 anos do ECA. Ah, em que a Sônia me deu algum material, que fiz, mas, aí a gente conseguiu ali fazer algumas coisas e já fazer uns levantamentos do que já tem de pregão aberto, para a gente poder fazer um evento bem legal. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Já sabe o que tu queres? Porque as gurias vão fazer uma contratação de uma empresa agora para os materiais gráficos e do Comui, que é para a conferência. Quem sabe a gente aprova algum valor, que daí tu entra na mesma contratação, em vez de fazer dois, que é a mesma empresa. Daí, eu entendeu? Para ficar alinhado. Acho que a gente pode pensar nessa linha, a título de… **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Pode sim. Ou só para a gente socializar, que tem conselheiros novos, eu acho que a gente não falou sobre isso antes. Ah, o evento, penso, né, que poderia ser o aniversário do ECA, é dia 13, mas a gente, é 13, né? É. Ah, mas a gente poderia, penso, a gente podia fazer de 14 a 18 de julho. Mas a gente pode fazer antes também. Eu botei de 14 a 18. E aí o que seria a ideia? Fazer um evento para fazer uma homenagem aos ex-presidentes do CMDCA e do Fórum, algumas autoridades em que foram de relevância nesses 35 anos na política da criança e adolescente, um lançamento da marca de quem doa para a criança, né? Uma, que a empresa pode colocar nos seus materiais, tipo ISO 9000, uma coisa assim, sabe? Uma coisa

bonitinha assim. Ah, também uma placa para os principais doadores também nessa linha. E aí, quando a gente botou ali o material, que é mais ou menos assim, o que era o pregão já do lado, e aí eu botei assim, ó: intérpretes de Libras, dois; ah, fundo do palco; modelo de cartaz; sinalização; kit multimídia; iluminação; ah, fundo do palco; tecido; vaso de planta; alimentação; copo de água; arranjo; mesa; cadeira; toalha; RH do fotógrafo; recepcionista; bombeiro. Aí botei banner; camiseta; credencial; placa de homenagem; impressão do ECA; coquetel; ônibus para transporte das crianças para fazer alguma apresentação; locação do local; material gráfico da toda a pasta. Ah, e aí a gente pode estar pensando mais em algumas questões além disso, sabe? Mas eu acho que o grosso, grosso é isso assim, sabe? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tu não ia fazer depois de apresentar, para entrar com a mesma resolução? A gente pode pedir e a mesma empresa. Fazer um projeto só. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Pode ser. 14 a 17 de julho. 18 de julho. Não sei, o que vocês acham? Que a gente faz antes do aniversário do ECA ou a gente faz depois do aniversário do ECA? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tem que ser depois, porque não vai ter tempo hábil, até eles ficarem tudo de pronto vai ser final de junho, claro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, naquela semana ali. Eu me lembrei, outra coisa também, a instituição… A professora lá da PUC… "Gerando Falcões", não é? A professora da PUC, ela entrou em contato comigo, ela é da Gerando Gerações, exato. E ela entrou em contato também pra gente poder organizar, além de um evento, um seminário. E aí pra gente organizar que assuntos em que nós queremos, enquanto rede, e aí eu fiquei de fazer este levantamento. Ah, enquanto rede, que assuntos em que nós queremos? Ah, queremos trabalhar sobre a Lei Bernardo. Aí a instituição, ela pode até bancar a vinda, a contratação, o pagamento de diária para tal pessoa que a gente venha a indicar para vir fazer a palestra para a nossa rede. E eu falo rede, toda a rede de atendimento. Então, e aí a gente fazer um baita de um seminário também. E aí, a gente pensar ali na semana anterior. Eu acho que, na verdade, se a gente se organizar, a gente vai ter quase duas semanas de evento, alguns eventos na primeira semana que antecede o aniversário do ECA e outros eventos que depois do aniversário do ECA. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Sim. É importante que nos diga quando que vai ter ali aquela parada das escolas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**

Presidente do CMDCA: É na última semana de julho, depois do dia 19. Dia 19 em diante. Depois eu confirmo. Ah, vocês acham que a gente já pode colocar um recurso para… Eu não sei se a gente vai manter já. Quanto vocês acham que dá para fazer? R$ 200.000, 300.000? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A conferência a gente vai gastar R$ 300.000. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E daí a gente pode fazer, acho que é isso. Acho que a gente pode botar uns R$ 300.000. A gente tinha pensado em fazer eventos ou formação, ou até brincadeira, pontuais para as crianças nas regiões. Mas nós estamos atrasados para isso, e aí esse aí requer muito mais mobilização. E eu acho que para isso a gente não vai conseguir agora. Se a gente fizer um evento pensando em divulgar o trabalho das instituições, e aí a gente tinha combinado até de divulgar o próprio diagnóstico no evento, se a gente conseguisse fazer algo assim, eu acho que é bem mais interessante até. Maio, junho, em julho já é o evento. Podemos fazer R$ 300.000 para os 35 anos do ECA? Levante a mão. **APROVADO.** Isso, daí a gente arruma a redação bonitinha para a resolução também. Eu acho que deu, gente. Vocês têm alguma coisa? Não tem mais nada? Então, muito obrigada.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.